

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Políticas públicas e desenvolvimento rural. Impactos do estabelecimento da lavoura de café em uma comunidade do Cerrado Brasileiro.

Hailton Pinheiro de Souza Júnior.

Cita:

Hailton Pinheiro de Souza Júnior (2009). *Políticas públicas e desenvolvimento rural. Impactos do estabelecimento da lavoura de café em uma comunidade do Cerrado Brasileiro*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/385>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Políticas públicas e desenvolvimento rural

Impactos do estabelecimento da lavoura de café em uma comunidade do Cerrado Brasileiro

Hailton Pinheiro de Souza Júnior

Mestrando PPGSA/IFCS/UFRJ

hpsjunior@oi.com.br / hpsjunior1@gmail.com

Introdução

Este trabalho propõe uma análise dos impactos advindos do estabelecimento da lavoura de café em uma pequena comunidade do município de Araguari, estado de Minas Gerais (MG), Brasil – consequência de um conjunto de políticas públicas de desenvolvimento do interior do Brasil levadas a efeito nas décadas de 1970/1980 – que importaram num afluxo de famílias de cafeicultores migrantes – genericamente referidas, no local, como de *pequenos produtores paranaenses* – que então passaram a coexistir com *famílias mineiras*, tradicionalmente envolvidas com a produção, em pequena escala, de leite e hortaliças.

Ao longo do trabalho de campo, tendo em vista os objetivos previamente propostos para nossa dissertação de mestrado, dedicamo-nos à análise das relações sociais estabelecidas pelas famílias *paranaenses*, entre si e com as famílias locais, *mineiras*, considerando os aspectos gerais do modelo de organização interna das unidades de produção, logrando por fim identificar a profunda heterogeneidade por que são caracterizadas tais relações, não somente entre *paranaenses* e *mineiros*, mas mesmo entre os supostamente homogêneos *pequenos produtores paranaenses*.

Neste sentido, cumpre ressaltar que, desde os primeiros contatos estabelecidos em campo, identificamos a ocorrência de inúmeras provocações e acusações recíprocas entre *paranaenses* e *mineiros*, que nos transmitiam a impressão da existência de uma fronteira social bem determinada entre estes dois *grupos*; por outro lado, não raro pudemos observar concretamente o estabelecimento de relações – de amizade, compadrio e até mesmo de casamento – entre estas famílias, em uma clara demonstração de que qualquer fronteira, se existente, não seria exatamente correspondente aos limites das categorias.

Por fim, identificamos que, a justificar os diversos modos de relação social entre famílias, colocou-se como de especial importância a existência da categoria “trabalho”, frequentemente mobilizada nos discursos de *paranaenses* e *mineiros* quando estes apresentavam suas similitudes e distâncias, constituindo-se enquanto critério fundamental de distinção entre aqueles.

Nesta comunicação, dedicaremos-nos à indicação dos impactos decorrentes do estabelecimento da lavoura de café no cerrado mineiro, destacando a análise da categoria *trabalho* como critério de distinção entre *paranaenses* e *mineiros*, que mostrou-se como de salutar importância. Pretendemos propor que, naturalizada nos discursos de ambos os grupos, tal distinção parece ter sido socialmente determinada, especialmente pelas mencionadas políticas públicas.

1. O ESPAÇO

O distrito de Corrutelinha¹ é formado por um pequeno *patrimônio*², distante cerca de 15 km da cidade de Araguari. É composto por uma grande capela, erguida na praça central, e algo em torno de uma centena de imóveis, distribuídos em cerca de dez quarteirões ao seu redor. Dentre estes, há duas escolas – de ensino básico e fundamental –, um ginásio esportivo, um posto de combustíveis, e algumas casas comerciais.

Às margens da rodovia que liga o distrito à cidade de Araguari, distante cerca de 2 km do *patrimônio*, encontra-se a comunidade do Rio Novo, composta por trinta e duas *chácaras* – termo utilizado para designação de pequenas propriedades, no caso específico, de pouco mais de 3

¹ Nome fictício, adotado para os objetivos do presente trabalho, assim como os nomes dos produtores eventualmente citados.

² Categoria nativa, comumente empregada nas entrevistas, cuja utilização parece remeter à própria fundação, que teria ocorrido em terras doadas por um grande proprietário à Igreja, que se tornaram então “*patrimônio do santo*”.

hectares –, estabelecidas há cerca de três décadas para o reassentamento de famílias atingidas por uma barragem construída no Rio Paranaíba.

No centro da comunidade do Rio Novo há uma segunda capela, menor e mais simples, e margeando a via de acesso da rodovia às *chácaras*, aproximadamente dez residências, de aspecto humilde – paredes de alvenaria sem reboco e/ou pintura –, que teriam sido construídas após a ocupação do terreno, de propriedade da igreja. Como veremos, nas entrevistas realizadas com proprietários de *chácaras*, este conjunto de casas foi constantemente *distinguido* da comunidade e, por vezes, referido como *a favelinha*.

2. A OCUPAÇÃO

A fundação do distrito de Corrutelinha remonta ao início do século XX, quando inúmeras famílias de pequenos criadores de gado e trabalhadores de fazenda, como peões, carreiros etc., teriam se estabelecido no local a fim de dedicar-se à pecuária, essencialmente voltada à produção de leite, atividade tradicionalmente desenvolvida em toda a região triangulina.

Além da pecuária, o distrito era então marcado por cultivos de subsistência (como arroz, feijão e milho, destinados ao consumo direto e à alimentação dos animais) e pelo plantio de hortaliças, em pequena escala, destinadas ao consumo e ao comércio em pequenos mercados regionais. A atividade propriamente agrícola, contudo, era desenvolvida tão somente em pequenas extensões de terra ao longo de cursos d'água, as chamadas *terras de cultura*, já que a extensa área do altiplano – comumente referida apenas como *cerrado*, em oposição àquela – era tida como *improdutiva* e, assim, destinada exclusivamente ao gado bovino.

Foi justamente nesta extensa área de *cerrado* que, a partir da década de 1970, com o desenvolvimento de diversos projetos de desenvolvimento, pelos governos federal e estadual, as propriedades de café foram estabelecidas, através do parcelamento das fazendas de gado então existentes e conseqüente transferência destas terras para os cafeicultores emigrantes dos estados de São Paulo e Paraná, principalmente.

2.1. Os Projetos Governamentais de Desenvolvimento do Cerrado

O interesse governamental no desenvolvimento de lavouras comerciais no cerrado brasileiro – especialmente campos de grãos, como soja, trigo, milho e café, de grande procura no mercado internacional – data do século XIX (PESSÔA, 1988:99); entretanto, as bases tecnológicas para sua exploração surgiram, sobretudo, na década de 1970, quando então inúmeras políticas públicas de colonização e desenvolvimento daquela grande região geográfica foram postas em operação pelo governo federal e, no caso mineiro, também por uma marcante atuação do governo estadual (VASCONCELOS E SANTOS, 2003).

Diversos planos de desenvolvimento do cerrado foram, ao longo dos anos 1970, idealizados e propostos pelo Governo Federal, com a participação do governo mineiro. Todos guardam traços em comum, como o objetivo de provocar uma transformação tecnológica na agricultura, através do financiamento de grandes projetos, e promover uma “ocupação racional” – ou desenvolvimento de uma agricultura de caráter empresarial – na região. Afora isso, todos se focaram na busca por grupos de migrantes, especialmente em São Paulo (SP) e no sul do país, por uma suposta superioridade de técnicas, frente aos habitantes tradicionais do cerrado.

A cultura do café estabeleceu-se na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba neste contexto. No município de Araguari, especificamente, existem registros de tentativas anteriores de produção de café, que datam da década de 1960, mas não tiveram desenvolvimento. Naquela oportunidade, chegou a ser determinada, pelo Instituto Brasileiro do Café – IBC – a erradicação das lavouras de café porventura existentes no município, por estarem situadas fora da área demarcada para produção pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura – GERCA, criado em 1969 para promover a implantação de lavouras racionais, com altos níveis de produtividade, localizadas em zonas ecologicamente favoráveis (OLIVEIRA, 2000).

A cafeicultura em Araguari viabilizou-se tão somente na segunda metade da década de 1970, com a liberação da área para o plantio de café, pelo IBC, em consequência do desenvolvimento das bases tecnológicas e implantação das mencionadas políticas públicas de desenvolvimento do cerrado, amplamente divulgadas nas áreas de produção tradicional do cultivo, como o interior do estado de São Paulo e norte/noroeste do estado do Paraná, região então profundamente afetada por grandes geadas.

2.2. Políticas Públicas de Desenvolvimento do *cerrado*, Estabelecimento das Lavouras de Café e as Transformações no Distrito

“Na época que nós chegamos aqui, essas terras aqui ninguém queria nem dado. Essas terras aqui era muito barata, ninguém queria esse cerrado aqui. Era baratíssimo. Principalmente essa parte que é nossa aqui, essa parte aqui era um solo meio úmido, aqui nem mata tinha, era uns *pauzinhos torto* (risos).” (Augustinho Ferrari, pequeno produtor).

As políticas públicas de desenvolvimento do interior do Brasil postas em operação pelo governo militar, somadas à crise provocada na cafeicultura, em suas áreas de produção tradicional – interior do estado de São Paulo e norte/noroeste do Paraná, principalmente – pelas grandes geadas da década de 1970, tornaram o município de Araguari e, particularmente, o distrito de Corrutelinha, ponto de chegada de um fluxo de produtores de café migrantes, que passaram a adquirir pequenas parcelas de *cerrado* “em troca do pagamento da dívida com a Prefeitura”.

Como afirmaram alguns *mineiros*, ou seja, os habitantes tradicionais do distrito, estes *paranaenses* eram então considerados “bobos”, por estarem comprando terras “que só davam gabirola”. Hoje, situam-se e são vistos como “aqueles que puseram o cerrado para produzir”.

O processo de ocupação do distrito por este grupo de produtores de café *paranaenses* deu início a um amplo processo de mudanças.

Até a década de 1970, a produção agrícola estava restrita às chamadas *terras de cultura*, e a principal razão para isso assentava-se no fato de que a irrigação, indispensável na região, especialmente para a produção de hortaliças, era possível tão somente através dos chamados *regos d'água*, ou seja, canais abertos perpendicularmente ao longo dos leitos naturais. Assim, a produção local atingia pequena escala, o que limitava a possibilidade de comércio aos mercados regionais.

Com o desenvolvimento da irrigação, da tecnologia de correção de solos, dentre outras inovações que acompanharam a chegada dos *paranaenses* à região, o *cerrado* tornou-se agricultável, comportando até mesmo a produção de hortaliças, que passou a ser realizada também por *paranaenses*, em larga escala.

A impossibilidade dos *mineiros* realizarem a atividade agrícola no cerrado passou a ser reputada, conseqüentemente, como incapacidade ou desinteresse pelo trabalho, o que traz conseqüências à sociabilidade no distrito, até a presente data.

2.3. As Classificações Sociais no Distrito

De todas as transformações impostas pela chegada dos *paranaenses*, mostrou-se como de fundamental importância para a compreensão das relações sociais estabelecidas no distrito, atualmente, aquela que se observa no esquema de classificações sociais criado com a abertura deste fluxo de migrantes.

Ao iniciarmos o trabalho de pesquisa, já considerávamos a existência do critério pelo qual distinguiam-se *paranaenses* e *mineiros*; isto porque relatos obtidos por ocasião da viagem de reconhecimento davam conta de que a maior parcela dos produtores de café eram migrantes, oriundos especialmente do estado do Paraná (PR), no sul do Brasil, e pequenos produtores.

Ao longo do trabalho, contudo, logramos identificar que as categorias *paranaense* e *mineiro*, quando operadas em oposição, expressam mais do que os termos denotam.

Como vimos, muitos *produtores de café* do distrito não são *paranaenses* de origem, mas paulistas, havendo até mesmo um baiano entre eles, justamente um de seus maiores produtores. Mas, a despeito disso, são geralmente referidos como *paranaenses*, por eles próprios ou pelos *mineiros* ali residentes.

A existência deste produtor de origem baiana entre os *paranaenses* nos permitiu perceber que, em verdade, a origem – em termos puramente geográficos – possui relevância secundária na determinação de pertencimento à categoria. Isto porque, enquanto este produtor era, em termos gerais, referido como *paranaense*, mesmo por aqueles que o sabiam baiano, um trabalhador temporário que havia percorrido trajetória análoga – ou seja, nascido na Bahia e passado por diversas cidades do Paraná antes de chegar a Minas Gerais – continuava a ser *baiano* para todos os efeitos. A condição de *produtor de café* mostrou-se, assim, como o critério preponderante para a determinação de pertencimento ao grupo.

3. TRABALHO E VIDA COTIDIANA

A presença diária no distrito, ao longo de aproximadamente três meses, entre março e junho de 2008, permitiu-nos acompanhar o dia-a-dia de algumas famílias, especialmente *paranaenses* – com as quais estabelecemos maiores laços, tendo em vista o próprio interesse da pesquisa – mas também *mineiras*, habilitando-nos a compreender de que forma o modelo de classificações, esboçado no item anterior, orienta as relações sociais entre as mesmas.

Na maior parte das entrevistas realizadas ao longo da pesquisa de campo, a existência de fortes laços de amizade no distrito de Corrutelinha foi ressaltada; pudemos observar, contudo, que nos diferentes momentos da vida cotidiana – trabalho, missa e festividade –, as relações entre as famílias *paranaenses* e *mineiras* são estabelecidas em diferentes níveis de proximidade/afastamento.

Para os objetivos do presente trabalho, daremos destaque exclusivamente ao que observamos em um dia de *trabalho*, tendo em conta que os mesmos critérios pelos quais *paranaenses* e *mineiros* são distintamente qualificados, neste momento da vida cotidiana, parecem reverberar nos dois outros momentos citados, quais sejam, na missa e nas festividades.

“A minha vida é uma novela, rapaz. Eu sei que eu trabalhava... Essa bobagem que a gente conseguiu aqui e no Paraná, foi no braço puro. Tinha três colegas que trabalhava junto na Bahia, viemos aqui trabalhar junto, de peão; a gente não trabalhava por dia pra pessoa nenhuma (...) Então, nós trabalhava os três junto. Trabalhava, trabalhava igual doido, nós não tinha tempo ruim... Não pode dizer que trabalhar sozinho pra ganhar no braço ninguém ganha, ganha, não ganha se perder tempo. Porque nós nunca fizemos doze horas de serviço por dia, é deztoito hora, quinze hora em diante. Mas, dos três, cada um fez um meinbo pra criar a família e não depender de trabalhar pros outro. (...) Pra trabalhar no braço, hoje, no mundo não nasce mais gente igual eu, igual eles, igual nós três. Não nasce.” (Cícero Amarante, grande produtor).

Como vimos, a cafeicultura em Corrutelinha permanece restrita às mãos de *paranaenses*, que incorporaram a produção de hortaliças, base da economia dos *mineiros*.

Na hierarquia estabelecida entre café e hortaliças, que pudemos constatar a partir da observação das relações sociais de produção estabelecidas no seio das unidades camponesas, o café

possui maior relevância, o que atribui, conseqüentemente, maior destaque aos cafeicultores, frente aos hortaliçeiros, nas relações locais.

Augustinho Ferrari: Tem lá vinte mulher trabalhando lá, essas não são registradas... são pessoas que usam esse dia pra complementar a renda familiar. Como se ela fosse uma diarista, uma doméstica, diarista na cidade...

Pesquisador: E são mulheres aqui da região?

Augustinho: São todas da vila aqui, (...) da Corrutelinha. São mães solteiras, viúva, tem marido, mas o marido fica jogando sinuca, e elas têm que vim... E pra panhar vagem ninguém gosta de homem, gosta das mulher porque elas são mais sensíveis, são melhores pra colher. Então vêm as mulher (...) Fazem melhor o serviço, e elas usam esses dias de serviço pra complementar a renda da casa. E isso é social... O Ministério do Trabalho não entende isso não! Pra nós é difícil!" (Augustinho Ferrari, pequeno produtor).

Neste diapasão, durante toda a nossa permanência no distrito, observamos um certo detrimento, quando não uma efetiva recusa à contratação de *trabalhadores mineiros* para a realização da colheita de café. Isto nos foi assim justificado por um produtor:

Pesquisador: Mas, e daí não daria pra colocar mineiros trabalhando, não daria no mesmo?

Gerson Baraca: Não confere bem o serviço. Porque, a maioria, não é discriminar, nada, mas a maioria desse pessoal, segunda-feira eles não vai muito no serviço; sábado eles não vai no serviço. Então já são dois dias a menos por semana, e a colheita do café é até um prazo determinado pra terminar. Então, se a gente punhá umas pessoas que não rende o serviço, então daí vai atrasar o término da colheita. Então a gente paga eles por, por exemplo assim, por produção, porque aí eles têm o interesse deles. De ganhar mais e trabalhar melhor." (Gerson Baraca, pequeno produtor).

Neste sentido, chegamos à percepção de que há uma forte valorização, constante no discurso dos *paranaenses*, de um especial interesse e capacidade para o trabalho, do qual não seriam dotados, em geral, os *mineiros*, constituindo-se, por isso mesmo, como o principal elemento de distinção manejado por aqueles. Efetivamente, é pequeno o número de *trabalhadores mineiros* admitidos para a colheita de café, restando-lhes apenas a lavoura de hortaliças como fonte de trabalho e renda.

“Tem outra: termina a colheita, uma grande parte, os baiano não, mas o pessoal daqui, eu não chamo o pessoal daqui pra trabalhar por causa disso, termina a colheita eles acha um meinbo ou outro, leva a pessoa no Ministério do Trabalho, sempre tem que pagar de novo; você paga a colheita, e depois tem que pagar novamente, porque vai no Ministério do Trabalho (...)”. (Cícero Amarante, grande produtor).

Em suma, os *mineiros* são vistos como aqueles que, no trabalho da colheita, por exemplo, mais tarde chegam à lavoura e mais cedo desejam deixá-la, esperando, a despeito disso, remuneração idêntica ou superior à dos *trabalhadores paranaenses* ou *baianos*, supostamente mais interessados “em produzir” e, conseqüentemente, beneficiar a si próprios, com a ampliação voluntária de suas jornadas; seriam ainda os *mineiros* aqueles que maiores preocupações dariam aos produtores, em relação à possibilidade de os “levarem à lei”.

4. CONCLUSÃO

Nesta comunicação, interessou-nos enfatizar o processo pelo qual se deu o estabelecimento da lavoura de café em uma comunidade do cerrado mineiro, anteriormente voltada à produção de leite e hortaliças em pequena escala; processo que, sob o patrocínio no estado, promoveu mudanças profundas que até o presente trazem amplas conseqüências à vida social naquela comunidade.

A possibilidade de ocupação e desenvolvimento econômico das áreas de *cerrado* possibilitaram a conformação de uma imagem a partir da qual os *mineiros* seriam menos capazes para o *trabalho*, em relação aos *paranaenses*, justificativa para que não tivessem lançado mão dos recursos necessários ao aproveitamento econômico daquelas áreas.

Afora isso, a incorporação, por *paranaenses*, da produção de hortaliças nas áreas do altiplano, decorrência do mesmo *pacote* legislativo e tecnológico que possibilitou a sua transferência para o distrito de Corrutelinha, acabou por impor aos *mineiros* o abandono do modelo de produção tradicional, em *terras de cultura*, e uma reocupação do *cerrado*, enquanto meros arrendatários, como único meio de manterem-se no mercado.

Assim, a categoria “trabalho”, quando mobilizada nos discursos de *paranaenses* e *mineiros*, a justificar suas similitudes e distâncias, constituindo-se enquanto critério fundamental de distinção, parece materializar o resultado de um conjunto de transformações impostas àquela comunidade, que permitiu a superposição de um modelo de aproveitamento econômico sobre outro.

Em outras palavras, ainda que entre *paranaenses* e *mineiros* existam, efetivamente, inúmeras diferenças em termos de concepção de trabalho, para o que parecem concorrer as próprias atividades com as quais encontram-se envolvidos, a suposta capacidade superior para o trabalho, detida pelos *paranaenses*, não parece ser mais do que o resultado do conjunto de políticas públicas que lhes permitiu fixarem-se no cerrado mineiro e, ao contrário dos habitantes locais – para os quais aquela era *terra improdutiva* – aplicar todo um aparato tecnológico a fim de desenvolver suas parcelas de terra, contando para isso com a abertura de expressivas linhas de crédito que, em geral, não contemplaram a participação da comunidade local.

Referências bibliográficas

- ARENSBERG, Conrad e KIMBALL, Solon. O método do Estudo de Comunidade. In: FERNANDES, Florestan (org.). *Comunidade e Sociedade: Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional – Editora da Universidade de São Paulo, 1973. pp. 168-200.
- BAILEY, F. G. *Gifts and Poison. The Politics of Reputation*. Oxford: Basil Blackwell, 1971. pp. 1-25.
- BOHANANN, Paul. Africa's Land. In: *Tribal and Peasant Economies*. New York: The Natural History Press, 1967.
- BOURDIEU, Pierre. La Société Traditionnelle: attitudes à l'égard du temps et conduite économique. In: *Sociologie du Travail*, n.º 1. Paris: 1963. pp. 24-44.
- _____. Introdução a uma Sociologia Reflexiva. In: *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989. pp. 17-58.
- _____. Celibato y Condición Campesina. In: *El Baile de Los Solteros. La Crisis de La Sociedad Campesina en el Bearne*. KAUF, Thomas (trad.). Barcelona: Anagrama, 2004.
- _____. *A Distinção. Crítica Social do Julgamento*. KERN, Daniela (trad.). São Paulo: Edusp, Porto Alegre: Zouk, 2008.
- CHAMPAGNE, Patrick. La restructuration de l'espace villageois. In: *Actes de la Recherche*, n.º 03, mar. 1975. pp. 43-67.
- CHAYANOV, A. V. On the Theory of Non-capitalist Economic Systems. In: *The Theory of Peasant Economy*. Homewood: American Economic Association, 1966. pp. 1-28.
- CHIVA, I. A propos des communautés rurales. In: ALTHABE, et al. (dir.). *Vers une Ethnologie du Present*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1992. pp. 155-174.
- COMERFORD, John Cunha. *Como uma Família. Sociabilidade, Territórios de Parentesco e Sindicalismo Rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- FOSTER, George. The Dyadic Contract: a model for the social structure of a mexican peasant village. In: POTTER et al. (ed.). *Peasant Society: A Reader*. Boston: Little Brown, 1967. pp. 213-320.
- GALESKI, Boguslaw. *Sociología del Campesinado*. Barcelona: Ediciones Península, 1977.
- GEERTZ, Clifford. Form and Variation in Balinese Village Structure. In: POTTER et al. (ed.). *Peasant Society: A Reader*. Boston: Little Brown, 1967. pp. 255-278.
- GUIDI, Maria Laís Mousinho. Elementos de Análise dos 'Estudos de Comunidades' realizados no Brasil e publicados de 1948 a 1960. In: *Educação e Ciências Sociais*, vol. 10, n.º 19. Rio de Janeiro, 1962. pp. 4-87.
- HAESBAERT Rogério. *Des-territorialização e identidade. A Rede Gaúcha no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.
- HEREDIA, Beatriz. *A Morada da Vida. Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LINHART, Ana Maria Galano Mochcovitch. Êxodo Rural, Fazendas e Desagregação. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.º 19. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2002. pp. 6-39.
- LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A Oeste das Minas. Escravos, Índios e Homens Livres numa Fronteira Oitocentista – Triângulo Mineiro (1750-1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005.
- MARQUES, Ana Claudia. *Intrigas e Questões*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 3.ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.
- MENDRAS, Henri. *Les Paysans et la Modernisation de L'Agriculture*. Compte-rendu d'une enquête pilote. Paris: Centre National de La Recherche Scientifique, 1958.
- MEYER, Doris Rinaldi. *A Terra do Santo e o Mundo dos Engenhos. Estudo de uma Comunidade Rural Nordestina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. FRANÇA, Ary e SILVA, Raul (trad.). São Paulo: Editora Hucitec, 1984.
- MOURA, Margarida Maria. *Os Herdeiros da Terra. Parentesco e Herança numa Área Rural*. São Paulo: Hucitec, 1978.

- OLIVEIRA, Célia Regina Gomide. *A Frente Cafeicultora em Araguari – MG*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1991.
- OLIVEIRA, Fábio Divino de. Araguari, a História e a Importância da Diversificação Agrícola. In: *Diário de Araguari*. Araguari: 12 de dezembro de 2000.
- PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. *Ação do Estado e as Transformações Agrárias no Cerrado das Zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG*. Tese de Doutorado. Rio Claro: IGCE/UNESP, 1988.
- POLANYI, Karl. The Economy as an Instituted Process. In: POLANYI, K. et al. *Trade and Market in the Early Empires*. New York: The Free Press, 1957. pp. 139-157.
- REDFIELD, Robert. *The Little Community and Peasant Society and Culture*. Chicago: University of Chicago Press, 1965.
- RIBEIRO, Áureo Eduardo Magalhães. *Os Fazendeiros da Cultura*. Estudo Sobre a Fazenda “Tradicional” e a Modernização Agrícola na Região Mineira dos Cerrados. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1986.
- SEGALEN, Martine. *Mari et Femme dans la Société Paysanne*. Paris: Flammarion, 1980. pp. 4-85.
- SHANIN, Teodor. Peasantry as a Political Factor. In: SHANIN, Teodor (ed.). *Peasants and Peasant Societies*. Middlesex: Penguin Books, 1971. pp. 238-263.
- SHIKI, Shigeo. Introdução – Em Busca de Alternativas Sustentáveis no Processo de Reestruturação Global do Sistema Agroalimentar no Domínio dos Cerrados. In: *Sustentabilidade do Sistema Agroalimentar nos Cerrados: Entorno de Iraí de Minas*. Uberlândia: EDUFU, 2000.
- STEWARD, Julien et al. *The People of Puerto Rico*. Urbana: University of Illinois Press, 1956.
- TEPITCH, Jerzy. *Marxisme et Agriculture: Le Paysan Polonais*. Paris: Armand Colin, 1973.
- THOMAS, W. I. e ZNANIECKI, F. The Peasant Family. The Marriage. In: *The Polish Peasant in Europe and America*. New York: Octagon Books, 1974. pp. 87-128.
- VASCONCELOS, Volnei Freitas e SANTOS, Roosevelt José dos. A Chegada do Projeto PRODECER-I em Iraí de Minas e os Migrantes. In: *II Simpósio Regional de Geografia*. Perspectivas para o Cerrado no Século XXI. Uberlândia: UFU, 2003.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- WOLF, Eric R. *Sociedades Camponesas*. SILVA, Oswaldo (trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.